

Relatório de Evento

02

Julho 2021



## Parcerias pela Floresta:

Fortalecendo a cooperação internacional contra os crimes ambientais na Amazônia

---

## Relatório do Webinar “Parcerias pela Floresta: Fortalecendo a cooperação internacional contra os crimes ambientais na Amazônia”

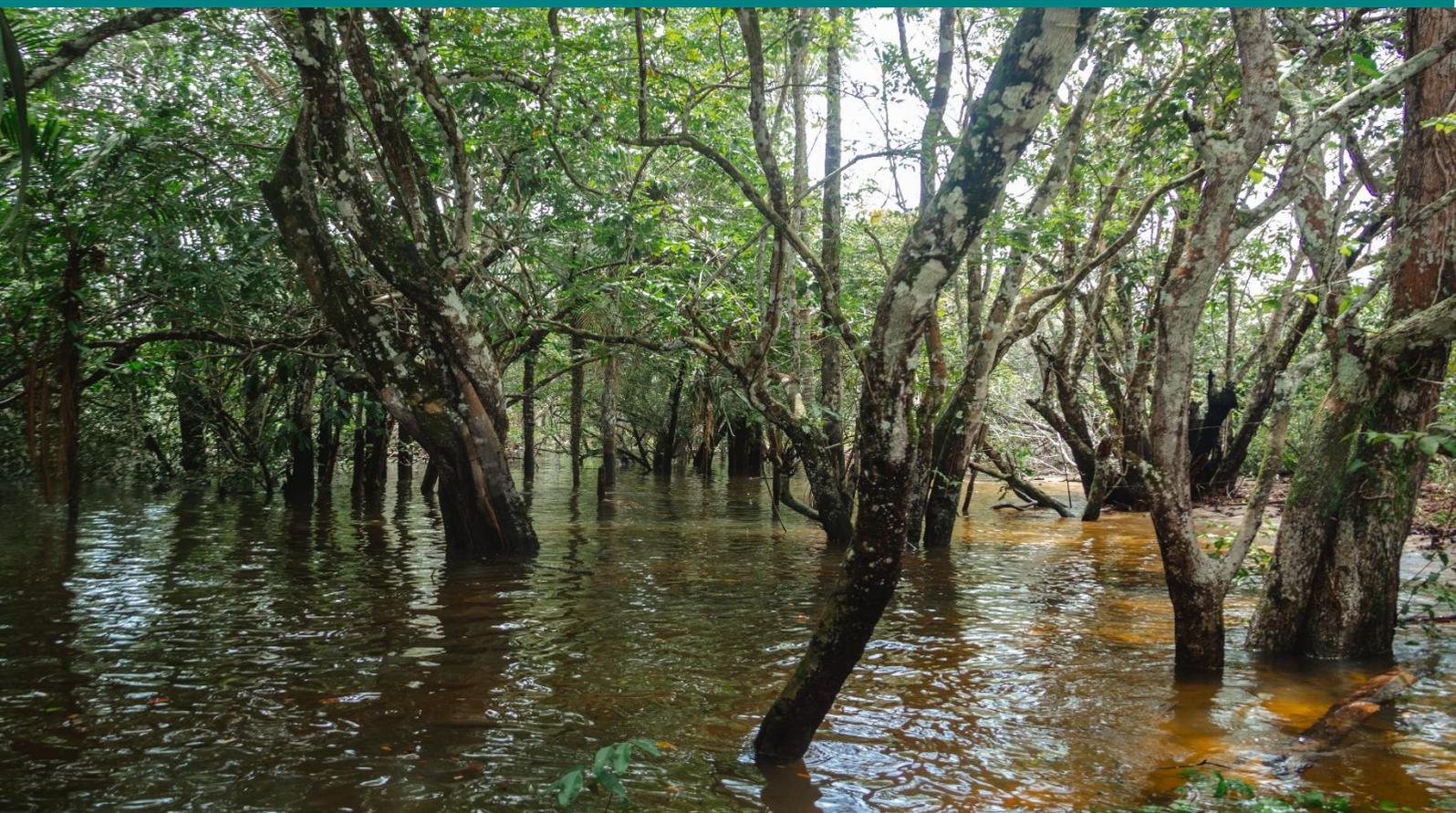
Em grande parte em virtude da falta de interesse do governo federal em promover a proteção ambiental, os canais de cooperação em torno da Amazônia estão hoje enfraquecidos. O desmonte das instituições ambientais e o discurso que defende as invasões e mineração em terras protegidas contribuem para elevados índices de desmatamento, um aumento significativo dos crimes ambientais e uma sistemática violação dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Por sua vez, tais impactos acabam por minar a credibilidade do Brasil perante parceiros internacionais.

A diminuição da credibilidade brasileira frente a atores internacionais soma-se a uma política externa que despreza a cooperação internacional (incluindo as vertentes Sul-Sul e regional) e também à crise do regionalismo latino-americano. Essa combinação de fatores faz com que o grande potencial da cooperação internacional em complementar as capacidades

nacionais voltadas ao enfrentamento aos crimes ambientais, inclusive o desmatamento ilegal, permaneça pouco explorado.

Diante desse cenário, a Plataforma CIPÓ promoveu no dia 30 de junho de 2021 o webinar “Parcerias pela floresta: fortalecendo a cooperação internacional contra os crimes ambientais na Amazônia” para refletir sobre experiências passadas com a cooperação internacional em torno da Amazônia e identificar os caminhos para a construção de canais de diálogo, trocas e ações conjuntas para o combate a crimes ambientais na região.

Este relatório apresenta as intervenções dos três palestrantes do evento (Sergio Leitão, Vandria Borari e Júlia Mello Neiva) em relação a perguntas formuladas pela Plataforma CIPÓ.



Luísa Falcão/Plataforma CIPÓ

## Abertura

**Maiara Folly:** Sejam bem-vindos e bem-vindas ao segundo debate virtual da Plataforma CIPÓ. Para quem não conhece a CIPÓ, nós somos uma organização independente e sem fins lucrativos dedicada aos temas de clima, governança, construção da paz e os crimes ambientais.

O debate de hoje faz parte de um projeto de pesquisa por meio do qual temos buscado mapear atores e canais de cooperação internacional relevantes ao combate e prevenção desses crimes. Em agosto de 2021 vamos publicar um relatório estratégico que analisa os principais modelos e acordos de cooperação internacional nessa área -- vinculantes e não vinculantes, e não apenas nacionais, mas também subnacionais - com enfoque específico na Amazônia. Nós também disponibilizaremos uma base de dados compilando esses arranjos cooperativos, e que também estará disponível no nosso site: [www.plataformacipo.org](http://www.plataformacipo.org).

A pergunta geral que nos norteia hoje, então, é: Como, e até que ponto, a cooperação internacional pode contribuir para o combate aos crimes ambientais? Embora a principal responsabilidade de proteger a Amazônia brasileira seja de atores nacionais, a cooperação internacional representa um complemento importante no esforço de combater e prevenir os crimes ambientais, tais como invasões de terras públicas, incêndios e queimadas provocadas pela ação humana, extração ilegal de madeira e garimpo ilegal, além dos impactos decorrentes do agravamento das mudanças climáticas. De fato, apesar de uma tradicional ênfase na soberania nacional por parte de países da região, há décadas a Amazônia é palco de diversos arranjos cooperativos não apenas entre Estados, agências governamentais, Forças Armadas, mas também envolvendo municípios, entidades da sociedade civil, comunidades locais e empresas dos setores público e privado.

Essa crescente inserção de atores subnacionais, inclusive estados e municípios, e a mobilização de entidades da sociedade civil e do setor privado em debates internacionais na área ambiental pode facilitar a proliferação de novas iniciativas de cooperação internacional, inclusive aquelas voltadas à proteção da Amazônia e demais biomas brasileiros.

No entanto, atualmente os canais de cooperação, sobretudo aqueles a nível federal, encontram-se enfraquecidos, em grande parte em função da falta de interesse do governo federal em promover a proteção ambiental. Tal postura tem provocado índices recorde de desmatamento ilegal entre outros crimes ambientais, e a sistemática violação dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, o que, em última instância, acaba por minar a credibilidade do Brasil perante parceiros internacionais.

Diante do atual contexto do enfraquecimento da cooperação internacional em torno da Amazônia, ao mesmo tempo em que a degradação ambiental atinge novos patamares, é importante entender as possibilidades de atuação conjunta com atores externos no combate e prevenção dos crimes ambientais, especialmente na região Amazônica, que tanto tem sofrido com atuação de grupos ilegais como madeireiros ilegais, garimpeiros e grileiros. Mais amplamente, é preciso identificar o potencial da cooperação internacional na busca por soluções eficazes para se manter a floresta de pé e proporcionar às comunidades amazônicas um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

Para melhor entendermos os desafios e possibilidades, reunimos especialistas que trabalham, pesquisam ou incidem politicamente em temas relacionados à cooperação internacional e os crimes ambientais.

PLATAFORMA CIPÓ  
promove o Webinar

**Parcerias pela floresta:**  
Fortalecendo a cooperação internacional contra os crimes ambientais na Amazônia

**Sergio Leitão**  
Instituto Escolhas

**Vandria Borari**  
Coletivo Maparajuba de Advocacia Popular na Amazônia

**Julia Neiva**  
Conectas Direitos Humanos

**30 de junho | 10h às 11h30**

Link para inscrição: [bit.ly/ParceriasPelaFlorestaCIPÓ](http://bit.ly/ParceriasPelaFlorestaCIPÓ)

**Moderação:** Luísa Falcão, Pesquisadora Júnior da Plataforma CIPÓ;

### Palestrantes:

- Sérgio Leitão, fundador e diretor executivo do Instituto Escolhas;
- Vandria Borari, comunicadora e ceramista, integra o coletivo Maparajuba Advocacia de Advocacia Popular da Amazônia e o grupo musical de mulheres indígena "As Karuana";
- Júlia Mello Neiva, cofundadora da Conectas e coordenadora do Programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da organização.

### Considerando o cenário atual de desmonte dos órgãos públicos ambientais a nível federal e o desgaste da imagem do Brasil no exterior, quais os potenciais da cooperação internacional, mesmo que a nível subnacional, na busca por soluções eficazes para o enfrentamento de crimes ambientais?

**Sérgio Leitão:** É preciso que a gente tenha uma visão extremamente otimista em que pese todo cenário. É complicado que vivamos em função de um governo que pratica o desmonte de toda a governança ambiental que a gente levou 30 anos para organizar a partir de 1988. E por que é preciso ser otimista no meio dessa situação? Porque o país está tomando a decisão errada no momento errado, justamente quando o mundo pede do Brasil o "passaporte ambiental" para o ingresso de produtos brasileiros nos seus mercados consumidores. A "alfândega" que vai nos inspecionar não é mais aquela alfândega que apenas olhava se aquele produto foi feito de acordo com exigências das normas técnicas. Ela agora pede os cuidados ambientais, ela pede os cuidados sociais, ela pede os cuidados com os direitos humanos. E tudo aquilo que hoje é a exigência da entrada desses produtos lá fora é aquilo que a gente resolveu desmontar. Portanto vamos pagar um alto preço comercial em divisas exatamente por isso. A OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) está estabelecendo exatamente essas diretrizes para que o Brasil possa, se quiser dela fazer parte, estar apto para tanto. Então, a primeira questão é que é preciso ter uma visão otimista, porque o Brasil está tomando a decisão errada que vai permitir o país e suas forças econômicas e as suas forças sociais, como temos aqui representados pela presença forte de uma mulher indígena, demande das nossas autoridades a conformidade com esses padrões ambientais. A segunda questão que é necessário a gente ver é que tem uma ironia nessa história. É justamente o governo que faz o desmonte dessa governança ambiental -- representado pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles -- que pede demissão do cargo exatamente por ter sido alvo de uma denúncia feita a partir dessa cooperação

internacional. A cooperação internacional é o vizinho da nossa casa dizendo "Você saiu para passar o final de semana na praia e alguma coisa errada aconteceu durante a tua ausência". Este vizinho do Norte, os Estados Unidos, nos avisa que a madeira que chegou no porto na Geórgia tem problemas. Os EUA avisam isso às autoridades brasileiras e as nossas instituições, em que pese todo o ataque assumido por parte do atual governo, ainda funcionam. Então, é importante a gente olhar este exemplo como uma marca representativa daquilo que é fundamental. E olhando o nome da organização que nos recebe [Plataforma CIPÓ], tem uma música do cantor Geraldo Vandré chamada "Aroeira" onde ele diz: "É a volta do cipó de aroeira mandando dar no lombo de quem mandou dar". O que aconteceu com o ex-ministro Ricardo Salles é a volta do cipó de aroeira mandando no lombo de quem mandou dar. Ele que tanto desmontou, tanto destruiu, tanto desrespeitou, se vê apanhado numa situação que o faz pedir demissão para escapar da punição do Supremo Tribunal Federal e tentar apostar que os seus atos se percam nos escaninhos da Justiça. Então esse exemplo mostra a relevância e a importância de que a gente tenha esses instrumentos de cooperação internacional. E mais do que isso, que a gente possa apostar não olhando o presente, porque o presente nos escraviza e faz a gente ficar preso a uma teia de pessimismo. Mas olhando aquilo que é necessário para o futuro, a gente imaginar que a nossa construção do ponto de vista do aperfeiçoamento desses instrumentos é imaginar como a gente vai estruturar uma Convenção de Mérida -- que foi criada para olhar a questão da corrupção para também olhar os crimes ambientais. Isso porque, é preciso entender a cadeia de interesses que promove a invasão das terras indígenas, que faz o Primeiro Comando da Capital chegar na terra indígena Yanomami e lá se associar com a garimpagem ilegal, que faz o tráfico de drogas permear. Com todas essas atividades ilegais, é preciso que a gente possa seguir o dinheiro, o lucro e os interesses políticos, que hoje permeiam a atividade no Congresso Nacional voltada ao desmonte de tudo aquilo que a gente levou 30 anos construindo, com suor, a

partir do processo de redemocratização do país. Então eu queria deixar que, no meio da situação de desesperança, uma leitura positiva do episódio que levou à queda do Ministro para mostrar o quanto essa cooperação é eficaz e qual é a tarefa política que temos para os próximos anos. Essa tarefa é estruturar exatamente esse segmento do dinheiro, para saber na mão de quem ele chega, quem ele irrita do ponto de vista dessa corrupção, entendendo que gente tem um instrumento poderoso na mão, que é um país que depende de exportação para fazer a sua balança comercial e a sua economia funcionar. Temos que aprender que hoje a "alfândega" que garante a entrada de produtos brasileiros se chama "meio ambiente". Quem não atender a isto, está fora do jogo do comércio internacional. Portanto podemos fazer muito, somos poucos, não somos fortes, mas podemos muito. Acho que esse é o mercado que a gente tem que entender para saber qual é a validade da cooperação internacional.

**No mês de maio, a Polícia Federal deflagrou a Operação Akuanduaba, que investiga a exportação ilegal de madeira e tem como um dos suspeitos o ex-Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. A Operação teve origem em informações fornecidas pela Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. Muitos crimes ambientais na Amazônia atravessam fronteiras, por exemplo quando produtos de áreas desmatadas ilegalmente são exportados. Como fortalecer o intercâmbio de informações entre o Brasil e os países para os quais exportamos produtos de origem florestais para facilitar a identificação e punição dos responsáveis pela venda e compra de produtos florestais extraídos ilegalmente?**

**Sérgio Leitão:** Acho que é preciso entender que há um conjunto de interfaces que precisam ser devidamente estimuladas para que a gente não aposte tão somente numa via única de cooperação, exatamente porque o congruamento dessas diferentes iniciativas é que fortalece essa troca de dados. Fundamentalmente a gente precisa ter circularidade de informação. A gente precisa que a estrutura de dados, por exemplo, entre INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais), a NASA (Agência Aeroespacial dos Estados Unidos) e a Agência Espacial Europeia seja muito melhor feita e muito mais bem feita para que esse tipo de informação sobre essas ilegalidades possam chegar aos mercados internacionais. A segunda questão é que é preciso reforçar as exigências dos controles por parte, por exemplo, do Banco Central com relação aos bancos privados, que é um dos pontos que o Escolhas tem chamado atenção na questão do controle da comercialização do ouro. É muito fácil injetar o ouro ilegal no mercado nacional, na exportação. Todo esse ouro é exportado para Suíça, para o Canadá, para Índia,

para os Estados Unidos e hoje é impossível a gente separar aquele ouro que pode ter sido extraído da terra indígena Yanomami de uma mina que é localizada em Paracatu, Minas Gerais, que é a grande produtora de ouro brasileira pelo menos do ponto de vista legal. Agora, quando a gente verifica que Roraima hoje já é um dos maiores produtores de ouro e não tem uma sequer autorização legal para exploração, a gente vê que o próprio sistema é permeável, permissível e, em última instância, irresponsável no sentido desse controle. Então, acho que tem uma questão fundamental relacionada à necessidade de reforço da informação. E é preciso também ter um maior controle por parte do governo, por parte dessas instituições que funcionam desde 1988 com grau de autonomia maior em relação ao governo de plantão porque é aquela velha boa história: governo é acidente de percurso, a gente espera que eles possam mudar de quatro em quatro anos ou ter o direito a reeleição. Mas são muito necessárias aquelas instâncias de Estado, como Receita Federal, Polícia Federal, Banco Central, o Conselho do Controle de Atividades Financeiras (COAF) para que a gente possa ter uma ação independente da pressão política. A denúncia recente na CPI de um servidor que diz que o meu partido é o SUS (Sistema Único de Saúde) mostra bem a importância de a gente ter essa estruturação que o país de 1988 para cá começou a fazer. Porque a ação, por exemplo, do Delegado Saraiva que disse "o Ministro Salles caiu e eu continuo delegado". Isto é fundamental. É fundamental ter servidores de carreira com estabilidade que não dependem do governo de plantão para tomar as suas decisões e as suas iniciativas, que é justamente isso que está sendo atacado no momento. É a proposta de reforma administrativa que eleva de 9 para 90 mil cargos em confiança, que geralmente são os cargos daqueles que vão permear a máquina do Estado com os interesses de representantes políticos. Não estou querendo eliminar a ação política. Ela é necessária, mas no Congresso, e não dentro da máquina do Executivo, permeando de uma maneira obscura como a gente vê hoje acontecer em toda ação do governo. Então acho que é preciso reforçar fundamentalmente as instâncias que são, primeiro, o judiciário, segundo essas instâncias de Estado que não deveriam depender daquilo que se chama de ação política. É, por exemplo, a autonomia do Banco Central, mas que precisa ser autonomia para coibir esse tipo de situação ilegal. Temos pedido ação ao Banco Central, mas eles se omitem em fazer o seu papel e por isso ficamos num limbo. O ouro é exportado, mas dentro do Brasil se você fala com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ela diz que é um problema do Banco Central. Se você fala com o Banco Central, ele diz que é um problema da CVM. Ou seja, ninguém quer tomar conta do problema. Polícia Federal, Ministério Público, temos aí uma ação hoje absolutamente desmontadora de tudo aquilo que a gente foi acostumado a ver na ação

do Ministério Público feita pelo Procurador-Geral da República. Espero que ele não me processe como fez com o Conrado Hubner Mendes, mas se fizer responderemos com a devida honra e galhardia porque não temos nenhum problema em dizer que ele é um anti Procurador-Geral da República, que faz exatamente o que não deveria fazer. E a questão de uma imprensa livre e uma sociedade civil que possa se estruturar é muito importante. Este papel da sociedade civil oxigenando esse conjunto de informações e demandando é fundamental. É a CIPÓ, é a Conectas, o Escolhas, o Instituto Socioambiental, o Greenpeace, é todo esse conjunto de instituições que precisam gerar os dados e informações e dar o calor necessário para que essas atividades possam acontecer. E tendo uma pauta presente de fazer aquilo que hoje, do ponto de vista da OCDE, é necessário, que são diferentes instâncias técnicas propondo os controles. O Brasil está absolutamente ausente desse debate, não sabe o que está acontecendo lá e vai ter prejuízo graves a sua economia porque não entendeu que meio ambiente é aquilo que a gente precisa se quiser continuar exportando para fora.

**Na sua visão, que papel o setor privado pode desempenhar no fortalecimento da cooperação com parceiros externos em iniciativas voltadas à redução dos crimes ambientais? Há algum caso de sucesso que poderia ser expandido e/ou replicado?**

**Sergio Leitão:** O setor privado precisa fundamentalmente parar de esperar e se escorar e, (em última instância dependendo do setor), parar inclusive de se esconder atrás do setor público dizendo “eu não faço isso porque não é exigido pela lei”. No momento em que você tem a estrutura do Congresso e do Poder Executivo operando para desmontar a governança ambiental, um dos elementos daquelas três letrinhas lá do ESG -- que é o social, o ambiental e a governança -- o setor privado precisa entender que, se ele quiser continuar a ter lucro, a vender, a exportar, ele vai ter que ser proativo na tomada de decisão sobre como garantir a produção livre de todos esses ônus que a gente aqui destacou. O ônus do desmatamento, o ônus do desrespeito ao direito de populações indígenas e ônus dos impactos sociais onde suas atividades ocorrem. O setor privado do Brasil fica dizendo “eu financiei porque afinal se obteve a licença ambiental”. Ora, uma licença ambiental no momento em que o país está sendo desmontado do ponto de vista da sua estrutura de governança não é mais garantia de nada. Então esse setor vai ter que criar suas regras e regimentos exatamente para que ele faça e assuma sua parte de responsabilidade. Então acho que a primeira grande mudança -- e nesse sentido a gente não tem grandes exemplos positivos a dar -- é que o setor precisa assumir

a sua parte de responsabilidade em garantir que quando ele vende um quilo de carne no açougue na esquina ou no supermercado na Europa aquilo não trouxe junto o sofrimento dos povos indígenas e das populações amazônicas. Esta garantia hoje ninguém dá. Então é preciso ter metas muito claras nesse sentido. Os bancos no Brasil precisam também assumir a sua parte de responsabilidade, que é tendo controles efetivos de que não vão financiar atividades que não estão com os critérios ambientais e sociais devidamente declarados, registrados e provados. Então, recentemente o Banco Central abriu consultas públicas e, por mais estranho que possa parecer, nessa consulta pública não era vedado o trabalho infantil. Ora, como é que eu não vou vedar trabalho infantil se é crime pela Constituição? A consulta dava uma série de regras absolutamente abertas ou frouxas no sentido de permitir a continuidade de financiamento para atividades altamente irregulares. E, mais do que isso, é preciso uma pergunta que a gente não se faz: se a própria Ministra da Agricultura Tereza Cristina declarou recentemente que o país não tem mais necessidade de desmatar porque o que ele já tem de áreas abertas é suficiente para garantir a expansão da produção, por que que a gente continua financiando quem desmata com dinheiro público, o meu, o seu e de todos nós, e com dinheiro privado dos bancos? Desmatamento na Amazônia significa sofrimento. Não é uma questão meramente de insumo. É todo o processo de desagregação que a gente vê, inclusive no sentido de ocupação de terras públicas que são destruídas para serem convertidas em propriedades e em títulos que depois são comercializados. Então, é preciso que a gente retire o combustível que é o financiamento que viabiliza o desmatamento que acontece na floresta. E desmatamento na Amazônia é uma série de crimes: é a atividade de pistolagem, é a violência, é todo o processo absolutamente terrível de opressão, de medo, de violência, de retomada dos conflitos, dos assassinatos que ocorrem exatamente em função de que o sinal que é dado a partir de Brasília é: desmate que o governo garante. Se tudo isso não mudar e as empresas não deram um sinal muito forte, eu queria dizer aqui: tem cartas sendo escritas, mas cartas não adiantam. Sabe aquela música do Roberto Carlos “Cartas já não adiantam mais, quero ouvir a sua voz”? É preciso ouvir a voz do setor privado, forte, audível com poder que ele tem dito o seguinte: nós não toleramos o desmatamento e o desrespeito aos direitos humanos. Se isso não acontecer tudo isso que a gente está falando aqui não mudará e simplesmente a gente vai perder uma força que pode ser importantíssima com um aliado da sociedade civil para mudar o estado de coisas que a gente tem vivido hoje.

**Você possui experiência com ativismo internacional, tendo inclusive visitado países europeus, como a**

## Holanda, Alemanha e Suécia para chamar atenção aos desafios enfrentados pelos povos indígenas da Amazônia. Quais são os potenciais impactos e limitações do ativismo ambiental para a proteção dos povos da floresta?

**Vandria Borari:** Bom dia a todos. Queria agradecer pelo espaço para falar um pouco da experiência nesse ramo de articulação internacional a partir de uma perspectiva diretamente do meu território. No dia a dia a gente vive o problema aqui na Amazônia, nós que estamos na base, é importante entender como é essa dinâmica de exploração que acontece na Amazônia. Então essa perspectiva que você vive no dia a dia, as ameaças, a pressão do governo local, estadual e federal sobre os territórios indígenas e quando você sai para um outro país, você tem uma visão maior de como a Amazônia hoje ela é explorada e qual é essa estrutura que ameaça os territórios indígenas. Quando a gente fala nessas questões do ativismo ambiental passa pela nossa cabeça várias situações que a gente já vivenciou aqui, principalmente de ameaça, que as lideranças que não se calam acabam trazendo a sua imagem. Ameaças à própria vida e a insegurança que você vive aqui no dia a dia. Com relação ao ativismo ambiental aqui na Amazônia, eu acredito que esse seja um dos temas mais sensíveis que a gente vive aqui nos territórios. Hoje, por exemplo, temos mulheres que estão escondidas sob a proteção do programa de proteção de direitos humanos. Nós temos o caso das mulheres Munduruku. É uma realidade que a gente vive aqui diante da pressão que se tem sobre os territórios indígenas. Uma mulher quando ela abre a boca... é preciso falar, é preciso falar do que está acontecendo na Amazônia, e quando você fala muitas pessoas querem calar sua voz. É uma realidade nossa aqui entender que com esse ativismo chega um momento que as pessoas se cansam. Existe uma força muito maior nessa articulação dos crimes ambientais, a gente vê que é uma cadeia. É uma experiência que eu tive no momento quando eu estive na Holanda, na Alemanha, na Suécia, em Roma de como as pessoas têm uma ideia sobre a Amazônia. É uma visão que a Europa tem sobre a Amazônia, que é de proteger a floresta, mas eles não falam sobre a questão de proteção dos territórios, proteção das lideranças. Essa é uma questão que não é muito debatida lá. Para proteger a floresta tem que primeiramente proteger as comunidades, os territórios indígenas, e as lideranças que estão na luta. Se, vamos dizer, se não tivesse povos indígenas aqui, se não tivessem as comunidades tradicionais, será que a Amazônia ainda teria a floresta? Tem uma divulgação muito grande sobre proteger a floresta amazônica por causa das mudanças climáticas, não só aqui na Amazônia é uma realidade, mas também tem o Equador na América Latina, por exemplo. Durante vários encontros que eu participei muitas lideranças apontaram isso da

mesma forma. Muitas organizações, até os órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, precisam entender que para proteger os territórios, de comunidades tradicionais, mas toda a floresta em si; para proteger essas florestas que estão ameaçadas pela exploração predatória de atividade, como soja, como madeira, é preciso olhar o elemento humano que é fundamental nessa equação. Então eu acho que uns dos desafios que a gente tem muito grande com relação ao ativismo ambiental é reforçar a segurança das comunidades e seus potenciais econômicos; que são potenciais para manter a floresta em pé. E é muito mais lucrativo do que essa economia predatória, da soja, da madeira, que beneficia os grandes latifundiários, madeireiros e banqueiros que estão nessa cadeia, e as comunidades elas estão esquecidas. As políticas públicas não chegam nos territórios. Aqui no Tapajós a gente já teve vários casos de crianças, mulheres e homens que morreram por picadas de animais peçonhentos, cobras, outras coisas, que morreram por negligência do próprio Estado, por esquecimento dos territórios. Não morreram de COVID, mas morreram por essas situações, de uma falta de política pública, por esquecimento. Então é possível olhar, qual é o potencial da Amazônia? Qual é a importância da Amazônia para o mundo e como ela pode ser gerida, como ela pode ser autogestionada? Então são esses desafios que a gente tem aqui nós indígenas dentro do nosso território.

## Além de ativista, você também é ceramista, assessora e educadora jurídica. Diante do contexto de crescente violações de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, como a cooperação internacional pode contribuir com iniciativas a partir do território de comunidades tradicionais para a prevenção dos crimes contra a natureza e ataques aos povos indígenas e tradicionais?

**Vandria Borari:** Eu acredito que é muito importante essa cooperação internacional porque a gente sabe que a pressão da Amazônia não é de dentro para fora, é de fora para dentro. E aí como tivemos na fala do nosso colega anterior, a questão dos banqueiros, das grandes empresas, esses os grupos econômicos que financiam esse tipo de atividade aqui na Amazônia. Os países de primeiro mundo têm tratados internacionais. Inclusive eu tive uma experiência na ONU com a reforma de um tratado internacional de responsabilidade das transnacionais; foi uma campanha global dos poluidores e pagadores. E foi uma experiência muito boa, conheci a ONU em Genebra, como funciona essa formulação e como é a participação da sociedade civil, movimentos sociais e organizações não governamentais. A gente tem os tratados internacionais que são primordiais para estas relações econômicas entre os países de primeiro mundo e países, como o Brasil, que exportam matéria-prima.

Apesar de ter a cooperação internacional de organizações não governamentais com o Brasil, de financiamento de projetos voltados para Amazônia, de proteção e fomento de atividades e projetos de economia voltadas para a realidade da Amazônia, a gente tem que entender também uma coisa que eu percebi: os países europeus têm essa política de sustentabilidade em seu próprio território, tem muitas iniciativas relacionadas à produção e meio ambiente, mas quando é voltado para outros locais como Amazônia, onde está acontecendo exploração, parece que tapam os olhos com relação de onde vem esses produtos. Ao mesmo tempo, temos a cooperação internacional, que é fundamental para desenvolver projetos que visam proteger territórios indígenas e comunidades tradicionais. A cooperação internacional tem que olhar melhor para a questão do controle dos produtos que saem da Amazônia, se estão respeitando a legislação nacional e de onde esses produtos estão saindo. É preciso ver se estes recursos alocados por meio da rede de cooperação internacional para proteção da Amazônia, se estão realmente sendo direcionados para os territórios e como pode haver esse controle: quais são as empresas estão explorando? Quem são as empresas financiadas? Será que é a Cargill? Será que a Bunge está financiando? Será que a Bayer está financiando? Será que é a Petrobras? Será que as empresas dinamarquesas de exploração de minério estão em território de garimpo? Então é muito complexa essa questão. Quando a gente fala de proteção da Amazônia envolve várias questões. Por exemplo, a flexibilização das leis ambientais, os próprios países tapam seus olhos com relação a essa relação econômica de exploração, não tem uma fiscalização com eficácia sobre a procedência desse produto, se é um produto de soja que veio aqui do Planalto Santareno, que está todo destruído. Se nós tivéssemos a floresta em pé nós teríamos Castanheiras, castanhas-do-pará que são um recurso não madeireiro, como é falado no mercado internacional, que gera sustentabilidade e divisas entre o território. Então é importante ter esse controle dos recursos sobre empresas e banqueiros que estão financiando ou transnacionais que destroem a Amazônia. E está faltando também que os tratados internacionais sejam respeitados. É uma questão complexa, quando você fala de exploração da Amazônia que envolve vários setores.

**Organizações da sociedade civil, incluindo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, apresentaram denúncia ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em relação a Lei Geral do Licenciamento mas também o PL490, recém-aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que fragiliza o direito dos povos indígenas à terra. Como você enxerga esse tipo de articulação frente a ONU? E o que mais poderia ser feito**

**a nível internacional para denunciar os retrocessos representados pelo PL490?**

**Vandria Borari:** Os países têm sua soberania, existe até um certo ponto que os órgãos internacionais, até juristas, podem intervir numa política econômica de um país. Existe uma limitação com relação a isso. Já tem várias iniciativas de denúncia no Tribunal Penal Internacional de Haia sobre os crimes ambientais e as violações de direitos humanos que vem acontecendo aqui. Contudo, por exemplo, durante a experiência que eu tive lá na Europa, as pessoas falam que eles têm pouca informação com relação ao que está acontecendo na Amazônia, apesar de a gente ter a tecnologia, informação, internet, as informações são muito rápidas. Mas chegam certos detalhes, que eles acham um absurdo que acontece aqui na Amazônia. É interessante quando você tem uma imagem, sim, mas quando você tem a realidade olhando ou alguém contando o que acontece no território é muito bem diferente. Eu tive essa experiência de quando eu estive lá no sul da Alemanha, em Constance, quando conversei com o prefeito da cidade. Constance é uma das cidades na Europa de modelo de sustentabilidade, eles pautam muito essas políticas públicas lá. Ele ficou impressionado porque nunca alguém indígena tinha chegado e conversado com ele e contado o que acontece no seu território. Foi a primeira vez da vida dele durante toda a política em que ele conversou com uma mulher indígena sobre o que ocorre dentro do seu território na Amazônia e esses absurdos que ocorrem. Apesar que eles também, a Europa, têm histórico de exploração. É importante falar mais na Europa, as organizações de lá se reunirem e dar voz aos povos indígenas daqui para falar nos órgãos internacionais, com os chefes de estados. Eu acho que precisa sim dar mais voz a nós que estamos aqui sofrendo no território. São vários ataques que a gente vive, várias pressões. Aqui em Alter do Chão a gente tem a questão da especulação imobiliária que é muito forte. Alter do Chão é um território indígena. Ao mesmo tempo a gente vive numa realidade urbanizada porque foi a cidade que entrou sobre nós, mas nós estamos aqui e a gente está entre o Arapiuns e o Tapajós, que são áreas de exploração de madeira. No médio Tapajós a gente tem a questão dos garimpos ilegais. Aqui no Planalto Santareno nós temos a questão da expansão da soja, que é uma problemática muito grande. Eu fiz uma experiência dessa viagem entre Santarém a Brasília, a gente passou pelo Corredor da soja. Por dia são mais de 200 carretas passando nesse trânsito que vai de Mato Grosso até Miritituba, Santarém. Não está asfaltado, mas mesmo não asfaltado isso não impede essa dinâmica de escoamento de soja. Imagine quando ela for asfaltada, como que vai potencializar a exploração aqui nos territórios indígenas, aqui nas unidades de conservação. Até então nós temos a Flona do Tapajós e

a Resex Tapajós-Arapiuns que já estão no projeto de lei desse governo do programa "Adote um Parque". São as reservas que a gente tem ainda em pé. O que eu posso dizer enquanto indígena, enquanto mulher que vive o problema aqui e com essa visão que eu tive na Europa que as pessoas perguntam lá com o que eles podem ajudar os territórios, como podem ajudar a Amazônia. Eu não tinha uma resposta própria, porque para mim fazer isso, eu teria que consultar o meu território, o que eles querem. Eu não podia dizer, olha, faz isso e isso. Não. Eu não podia dar essa resposta, não podia responder por eles. Daí quando eu retornei falando da questão, e a gente justamente trouxe proposta relacionada a nossa realidade aqui. A gente sabe que os projetos [de cooperação] poderiam ser assim voltados para as realidades de cada território porque cada território tem um problema diferente. Por exemplo, aqui em Alter do Chão é especulação imobiliária. Os Munduruku têm um problema com a soja. Arapiuns tem problemas com a Madeira. É nesse sentido de consulta, de compartilhamento. Se há um maior engajamento das comunidades, acredito que esses projetos e iniciativas teriam mais sucesso.

### **Na sua visão, que papel a sociedade civil pode desempenhar no fortalecimento da cooperação internacional em iniciativas voltadas ao enfrentamento dos crimes ambientais? Há algum caso de sucesso que poderia ser fortalecido e/ou replicado?**

**Júlia Mello Neiva:** Vou trazer um pouco da perspectiva dos direitos humanos. A gente entende que a sociedade civil realmente é fundamental nesse engajamento com a cooperação internacional, dentro de uma perspectiva de direitos humanos, fazendo denúncias, fazendo pressão, fazendo coalizões, fazendo pesquisa. A CIPÓ, por exemplo, tem feito muitas pesquisas também nesse campo dos crimes, coordenando projetos em conjunto com atores internacionais com agência de cooperação, dentre outros que podem ser possíveis nesse cenário Internacional. Nesse campo das denúncias, elas têm sido feitas na ONU, na OEA (Organização dos Estados Americanos), na OCDE. O Sérgio trouxe um pouco da importância do debate sobre o papel da OCDE hoje, utilizando também a cooperação internacional ou então a União Europeia, as embaixadas. Eu acho que esse tem sido os principais passos diante de um momento tão grave como o que estamos vivendo hoje com ataques às instituições. O cenário internacional, mais do que nunca, tem sido um campo muito importante para gente fazer essas denúncias e pressão. Nesse campo dessas interlocuções para enfrentar os crimes ambientais, pensando dentro de uma ótica de direitos humanos, a gente entende que as modificações na natureza, principalmente as ilegais como desmatamento, invasão de terras indígenas e quilombolas, grilagem de terras,

isso resulta em devastadoras alterações climáticas no planeta. A Vandria também trouxe um pouco disso. Grande parte dessas emissões brasileiras são frutos dessas práticas ilegais na região Amazônica. Vou repetir aqui um pouco a fala também da Vandria: associados a esses crimes ambientais, não é possível a gente deixar de falar das ameaças terríveis que são feitas aos povos indígenas, os ataques violentos, conflitos contra defensores e defensoras de direitos humanos, da terra, do meio ambiente, do clima, apenas por estarem defendendo a terra e o meio ambiente. Então eu acho que quando a gente discute aqui, temos que trazer esse cenário de ameaça. Há um outro ponto que a gente também sempre traz quando a gente fala sobre os crimes ambientais, que são a perspectiva do trabalho escravo nas cadeias produtivas. Isso também tem que ser lembrado quando a gente está combatendo os crimes ambientais. Um outro ponto que eu queria trazer: quando a gente trata dessas mudanças climáticas que são aceleradas por crimes ambientais, a gente está tratando de uma perspectiva de justiça climática. Portanto, isso atinge diferentemente as populações negras, indígenas, que sofrem os impactos dessas mudanças de forma distinta. E isso traz um viés também das violações de direitos humanos implicadas neste tipo de crime. E a gente tá falando também de todos os direitos humanos. Os crimes ambientais trazem implicações para todos os direitos humanos. É o direito à vida. A gente falou aqui dos ataques aos defensores do meio ambiente. E aí o papel da sociedade civil é absolutamente fundamental nesse sentido de denunciar essas práticas ilegais, mas também de se colocar como apoio para as populações que estão sofrendo esses crimes, demandando seja judicialmente ou com advocacy. É o conjunto dessas ações: as ações judiciais, as cartas internacionais, demandando uma atuação do Estado para frear e controlar tais práticas, e demandando também que a comunidade internacional pressione o Estado brasileiro a cumprir com as suas obrigações. Essas práticas ilegais afetam as populações, o meio ambiente, mas também afeta as transações econômicas no nosso país, então não é bom para ninguém. Nesse campo há um tipo de pressão da sociedade civil que tem sido feita por litígio. A gente tem feito bastante com outras organizações, inclusive com várias organizações indígenas no litígio que a gente pode chamar de "litígio climático", tentando convencer o Poder Judiciário que é possível transformar, é possível e necessário fazer mudanças. A gente está numa emergência climática, a gente precisa conter esses crimes ambientais, que têm impacto para as populações. Tem alguns casos no Brasil que foram referência no ano passado. A gente pode citar a atuação do Ministério Público no combate ao desmatamento. Podemos lembrar dos casos do Fundo Clima, do Fundo Amazônia. Também tem o caso da pedalada climática, que também

trata um pouco dos crimes que têm ocorrido na Amazônia. Além disso, a gente não pode deixar de lembrar da ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) que traz muitos dados e análises sobre a destruição da floresta e das políticas ambientais promovidas pelo governo atual do Brasil. Essa ação foi apresentada no ano passado por 10 organizações da sociedade civil incluindo: Artigo 19, Conectas, Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Engajamundo, Observatório do Clima e Terra Azul pedindo para entrar em como *amicus curiae*.

**Apesar da dimensão transnacional de grande parte dos crimes ambientais, o tema não tem sido prioritário na agenda de organizações internacionais multilaterais, inclusive as Nações Unidas. Quais são os potenciais e limitações das organizações internacionais e regionais em promover a redução dos crimes ambientais, inclusive a partir da ótica dos direitos humanos?**

**Júlia Mello Neiva:** Pensando a partir da ótica de direitos humanos, a gente entende que a promoção de mudanças no cenário ambiental tem se tornado mais expressiva justamente pelo fato de envolver organizações internacionais e multilaterais. Essa forma de tornar o tema não apenas como um problema nacional, mas também global fortalece a potencialidade dos nossos pedidos e das nossas ações. Mas, por outro lado, o combate a esses crimes ambientais não tem sido exatamente prioritário na agenda dessas organizações e nem exatamente da forma que a gente gostaria. As organizações da sociedade civil em nível nacional têm ressaltado a urgência da gente discutir, debater e julgar tais crimes, cobrando ações em aspectos prioritários na agenda. Por exemplo, a gente encontra limitações de forma lenta da justiça brasileira em lidar com essas questões que têm extrema urgência. Não é novidade para ninguém que os processos seguem de forma muito morosa e que, tanto pessoas quanto populações, animais, natureza, está todo mundo sofrendo com essa morosidade da resposta da justiça. Tem alguns pontos que a gente pode tratar aqui. O caso da Colômbia traz um pouco da história do ecocídio. É um debate importante, é uma prática da destruição injustificada do meio ambiente e há um conhecimento de que essas ações têm grande iminência de danos graves ao meio ambiente. Só que essa modalidade de crime ainda não está incluída, por exemplo, na discussão do Direito Internacional. Na medida em que tal crime for integrado no Estatuto de Roma, os chefes de Estado poderão então ser julgados por crimes no mesmo nível de crimes contra a humanidade. Os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos -- seja o sistema interamericano, seja o sistema ONU -- mesmo que eles também não estejam tratando da forma que a gente gostaria com a devida importância, eles são uma porta de entrada para

que a gente possa fazer uma cobrança dos Estados em relação às suas obrigações relacionadas aos direitos humanos na região Amazônica. A gente não pode deixar de lembrar que é uma obrigação internacional no Direito Internacional dos Direitos Humanos. Quando a gente assina um tratado, a gente passa a ser obrigado a responder por isso. Outra possibilidade são os Comitês de Tratado. A gente poderia explorar um pouco mais e tentar entrar com casos de comitê de tratado. Lembrando o caso da Colômbia, tem também o caso de 16 crianças, incluindo a Greta e a Alexandria Villaseñor, de 12 países que peticionaram perante o Comitê das Nações Unidas pelos direitos das crianças -- que é o comitê tratado responsável pelo Tratado de Crianças e Adolescentes -- e essas crianças peticionaram tratando da falta de políticas governamentais para tratar da crise climática. Isso é um aspecto que eu acho interessante. A gente tem usado muito fortemente, a sociedade civil brasileira e de outros países também, são os relatores especiais da ONU. Eles são fundamentais, porque embora eles não consigam fazer a mudança efetiva, quando a gente manda um *urgent appeal* (apelo urgente), quando a gente faz uma pressão, isso sai na mídia e isso pressiona o governo brasileiro. A gente pode demandar visitas ao nosso país e esses relatórios podem gerar algum tipo de pressão que nos ajude no nosso litígio no Brasil. Então esses são espaços importantes. Há um outro espaço que a gente tem entendido que também é fundamental, e é um complemento à fala do Sérgio aqui, que eu acho que é o espaço da OCDE. Entendendo que o Brasil pretende se tornar um membro, essa pressão sobre a OCDE para que ela realmente veja se o Brasil está cumprindo com suas obrigações, está realmente implementando as suas políticas socioambientais de Direitos Humanos, é um espaço bem importante de pressão. A gente da sociedade civil tem visto que é ao contrário: que o governo brasileiro não só não tem cumprido, como tem destruído políticas, tem atacado os povos.

**Além do Brasil, a floresta amazônica também abrange o território de outros oito países. Como você enxerga a cooperação entre países amazônicos no enfrentamento aos crimes ambientais? Na sua visão, o que poderia ser feito para fortalecer tal cooperação?**

**Júlia Mello Neiva:** Acho que é fundamental a cooperação com países vizinhos. Há muitas similaridades. A gente vê como os impactos na América Latina -- especificamente nessa da Floresta Amazônica -- os impactos da pandemia foram desastrosos. Então a gente viu o quanto isso atingiu a Amazônia. É preciso também que a gente tenha várias formas de fiscalização desses crimes. Mas para que essa cooperação ocorra de maneira satisfatória e benéfica, é preciso que os poderes executivos de todas essas jurisdições ajam de alguma forma mais harmônica,

mais solidária. O que a gente encontra hoje é um contexto absolutamente contrário disso. A atuação do governo brasileiro não tem sido nesse sentido de promover um diálogo saudável e necessário com os países vizinhos aqui da nossa floresta amazônica, que seria absolutamente fundamental. Outro fator importante para cooperação internacional, e que tem sido fraco e talvez de forma que coloca em risco as populações, é o controle das fronteiras. Temos que discutir um pouco aqui a segurança pública das pessoas que vivem na região de forma a garantir a segurança dos povos e dos territórios, mas de forma humana. Mas seria importante que a cooperação pudesse contribuir com isso, mas a gente não tem políticas públicas eficazes que visem isso de uma forma boa. Há uma coalizão da qual a gente [Conectas] faz parte que se chama “Coalizão Regional pela Transparência e Participação”. A iniciativa envolve outras organizações da América Latina que têm como foco a região Amazônica, entendendo os impactos de grandes obras de infraestrutura, tentando melhorar o desenvolvimento local e as políticas das instituições financeiras que atuam que têm passado sobre a região. A gente faz parte dessa iniciativa e a gente tem tentado contribuir para ter mais transparência e mais acesso à informação para garantir uma governança adequada, para garantir a participação das populações e, portanto, salvaguardar direitos socioambientais. A gente tem advogado também por consulta e consentimento prévio. Nós não vemos como é possível fazer investimentos estratégicos na Amazônia sem consultar esses atores. A gente também lembra que o MPF (Ministério Público Federal) teve uma atuação bem importante na luta contra o desmatamento da floresta amazônica, principalmente atuando ali na Tríplice fronteira entre Rondônia, Acre e Amazonas, onde tem muito desmatamento, grilagem de terras públicas e violência agrária. A gente precisa de uma atuação do Estado, uma atuação da sociedade civil, pressionando para que isso aconteça. Se não acontecer esse tipo de cooperação entre os países, continuaremos vendo o aumento desses crimes socioambientais.

## Perguntas do Público

**Sobre o papel da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA), de que forma ela poderia ser melhor utilizada no combate a crimes ambientais?**

**Sérgio Leitão:** Essa cooperação na América do Sul, no caso da OTCA, sempre fica muito dificultada pelas clivagens e separações políticas que afastam a cooperação entre os governos. Porque é uma espécie de marca registrada da relação entre governos na América Latina você primeiro perguntar a procedência ideológica do governo de plantão para depois fazer a cooperação.

Isso de certo modo atrapalha, como por exemplo iniciativas da UNASUL, que hoje ficam ali numa espécie de vida vegetativa exatamente porque elas se deram no contexto político dos governos mais à esquerda, que quando nas reviravoltas políticas que sempre acontecem, parece deixar a espera de uma outra situação. A gente agora está vendo até coisas estranhas, como por exemplo a Colômbia se filiando a Organização do Tratado de Cooperação do Atlântico Norte (OTAN). Então acho que a OTCA é uma dessas situações que a gente sabe da existência, sabe do potencial, sabe da importância, mas não necessariamente isso parece passar por cima dessas questões políticas que atrapalham. E o potencial para que isto possa ganhar uma estruturação é fundamental, até porque a gente vê exatamente no caso da Colômbia o tráfico e exploração ilegal de ouro dando mais resultado do que nunca, até mais do que o tráfico de drogas. Então isso mostra a necessidade de que, para além dessas questões mais rotineiras, há necessidade de dinamizar a cooperação. Para isso, o papel da sociedade civil é fundamental, porque só ela é capaz de perpassar a esse tipo de resistência da diferença política que fica aí entre governo de esquerda ou de um perfil de extrema direita.

**Como inserir a pauta dos crimes ambientais na cooperação internacional contra corrupção e lavagem de dinheiro e ativos?**

**Júlia Mello Neiva:** A gente tem trabalhado para haver mais transparência pelo menos nesses processos, que sejam mais públicos, com participação. Por exemplo, quando a gente discute aqui combate ao trabalho escravo, os crimes que acontecem nessas cadeias produtivas, a gente tem sempre insistido para exista uma transparência dessas cadeias, que a gente consiga conhecer por exemplo os fornecedores.

**Sérgio Leitão:** A sugestão que a gente trouxe logo no início é de que a gente possa trazer como demanda nesta pauta do “follow the money” (siga o dinheiro) na corrupção que envolve todo esse processo de crimes ambientais em terras indígenas, isso tem a ver com profundas mudanças ligadas à corrupção, financiamento político. Basta ver a movimentação toda que se faz na defesa de flexibilizar a legislação, que a gente possa pensar como puxar aquilo que foi a Convenção de Mérida para a questão da corrupção, entendida no sentido do crime político nas obras públicas, para a questão dos crimes ambientais. Eu acho que o segmento do acompanhamento do dinheiro e como é que ele irriga e se multiplica e faz todo esse processo de amolecimento das estruturas de controle, para que se permita o crime ambiental, é desafio que a gente deveria lidar. Porque aquilo que se fez a partir da Convenção de Mérida foi fundamental no sentido da cooperação, exatamente

para coibir crimes que passavam desde a questão do terrorismo até a questão da corrupção. Então ter controle, por exemplo, por parte dos bancos, não aceitando comercialização de ativos ligados ao ouro sem que tenha claramente a indicação da procedência, o que passa também pelo controle dos investimentos que são estimulados. Muitas pessoas acreditam colocar os seus ativos em ouro é uma maneira de proteger [seu patrimônio] -- ainda mais no momento de volatilidade e instabilidade que a gente vive hoje. Contudo, tudo isso acontece sem que se saiba exatamente que investir num Fundo de Investimento atrelado à rentabilidade de ouro significa estimular o PCC operando dentro da terra indígena Yanomami, abrindo uma verdadeira guerra àquele povo indígena.

**Em artigo recente para a Folha de São Paulo, você e Adriana Ramos (do Instituto Socioambiental) argumentaram que o desmonte do licenciamento ambiental previsto pela Lei Geral do Licenciamento, aprovada recentemente pela Câmara dos Deputados, dificultaria a adesão do Brasil à OCDE. Você enxerga algum outro impacto e/ou retaliação que o Brasil poderia sofrer perante a comunidade internacional como resultado da sua política ambiental atual?**

**Júlia Mello Neiva:** Acho que sim. Não só na OCDE, mas ano passado, por exemplo, a gente viu a pressão de investidores que atendem a princípios de direitos humanos, climáticos e ambientais, como um critério para seus financiamentos. E ao fazer esse desmonte das políticas ambientais brasileiras, isso coloca em risco sim o financiamento, o apoio desses investidores ao Brasil. Então isso trará com certeza o impacto real para os negócios. Por isso que a gente fala não é bom para

ninguém. O desmonte não é bom para os povos, não é bom para o meio ambiente, não é bom para os negócios tampouco. Então sim, não vai afetar só a adesão à OCDE, mas vai afetar os negócios no Brasil. A gente percebe que há muitos investidores e empresas, inclusive brasileiras, e de fora que não vão fazer negócios se não houver uma política que garanta a floresta em pé com os seus povos. Mas isso tem sido discutido inclusive com a União Europeia, se discutiu o Acordo União Europeia-Mercosul, que também é um dado bem importante. Então, se a política continuar sendo desmontada, se essas PLs (Projetos de Lei) que colocam em risco direitos dos povos indígenas também foram aprovadas, por exemplo no Senado, isso traz um cenário absolutamente adverso para o país para todas e todos.

**Sérgio Leitão:** O atraso que estamos do ponto de vista das nossas empresas, do nosso setor financeiro, o Banco Central, em relação ao que na Europa começa a discutir, estabelecendo metas, que é a neutralidade do portfólio de investimentos. Funciona assim: Eu devo deixar muito claro que para cada R\$1 que eu dou para uma atividade ainda do século XX, daquelas que são grandes emissoras de gases de efeito estufa, eu começo para colocar R\$1 também naquilo que é o “novo”, naquilo que descarboniza. Esta questão é fundamental nesse debate, porque senão a gente vai ficar achando que voltar a governança que a gente tinha de 10 a 15 anos atrás será o bastante para dizer que tá tudo bem, mas não. O Brasil é o país do “e”, não o país do “ou”. O Brasil precisa restaurar essa governança e ter a exigência de que, na prática, a gente veja a mudança do perfil de recursos para essa economia nova.

\*\*\*

## Sobre a CIPÓ

A Plataforma CIPÓ é um instituto de pesquisa independente liderado por mulheres e dedicado a questões de clima, governança e paz na América Latina e no Caribe e no resto do Sul Global.

A CIPÓ apoia governos locais e nacionais, organizações internacionais e entidades da sociedade civil e da iniciativa privada a desenvolver respostas eficazes aos desafios emergentes do Antropoceno.

Relatório elaborado por: Arthur Vieira, Luísa Falcão e Maiara Folly.

## Entre em contato

 Twitter e Instagram: @PlataformaCIPO

 Facebook e LinkedIn: Plataforma CIPÓ

 Email: [contato@plataformacipo.org](mailto:contato@plataformacipo.org)

 [www.plataformacipo.org](http://www.plataformacipo.org)

Foto de Capa: Luísa Falcão/Plataforma CIPÓ